

Nota Técnica 40 - Bolsa Família: O Impacto do Aumento de Gastos na Redução da Pobreza Extrema e os Desafios para o Futuro do Programa e de seus Beneficiários

Sergio Kelner Silveira¹

Carolina Beltrão de Medeiros²

Introdução

O Programa Bolsa Família – PBF é uma das políticas públicas mais importantes na luta contra a pobreza extrema no Brasil. Entre 2012 e 2022, o programa enfrentou desafios significativos, como crises econômicas e a pandemia de COVID-19, que testaram sua eficácia e resiliência. Esta Nota Técnica analisa a correlação entre o aumento dos gastos com o Bolsa Família e a redução da pobreza extrema, explorando como momentos de aumento de dispêndio, especialmente entre 2021 e 2022, que resultaram em uma diminuição acentuada da pobreza no Brasil. Adicionalmente são tratados aspectos relativos ao desincentivo à busca ao trabalho em função do aumento do valor médio do benefício por família, principalmente a partir de 2021, e os desafios que se impõem ao PBF em função da sustentabilidade do dispêndio elevado.

1. Análise da Tendência Geral de Extrema Pobreza no Brasil (2012-2022)

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de extrema pobreza no Brasil entre 2012 e 2022, utilizando duas linhas de pobreza definidas pelo Banco Mundial: a linha de US\$ 2,15 PPC 2017 (nova) e a linha de US\$ 1,90 PPC 2011 (antiga). Ambas as linhas são ajustadas pela paridade de poder de compra (PPC), que reflete o custo de vida relativo entre países.

Linha de US\$ 2,15 PPC 2017 (nova)

2012: A taxa de extrema pobreza indicando que 6,6% da população brasileira vivia com menos de US\$ 2,15 por dia.

2014: Há uma redução significativa para 4,7%, refletindo uma melhora nas condições econômicas e na eficácia das políticas sociais durante este período.

2018: Após 2014, a taxa começa a subir novamente, alcançando 7,3% em 2018. Esse aumento pode estar associado à crise econômica que o Brasil enfrentou a partir de 2015, marcada por recessão, desemprego e cortes em programas sociais.

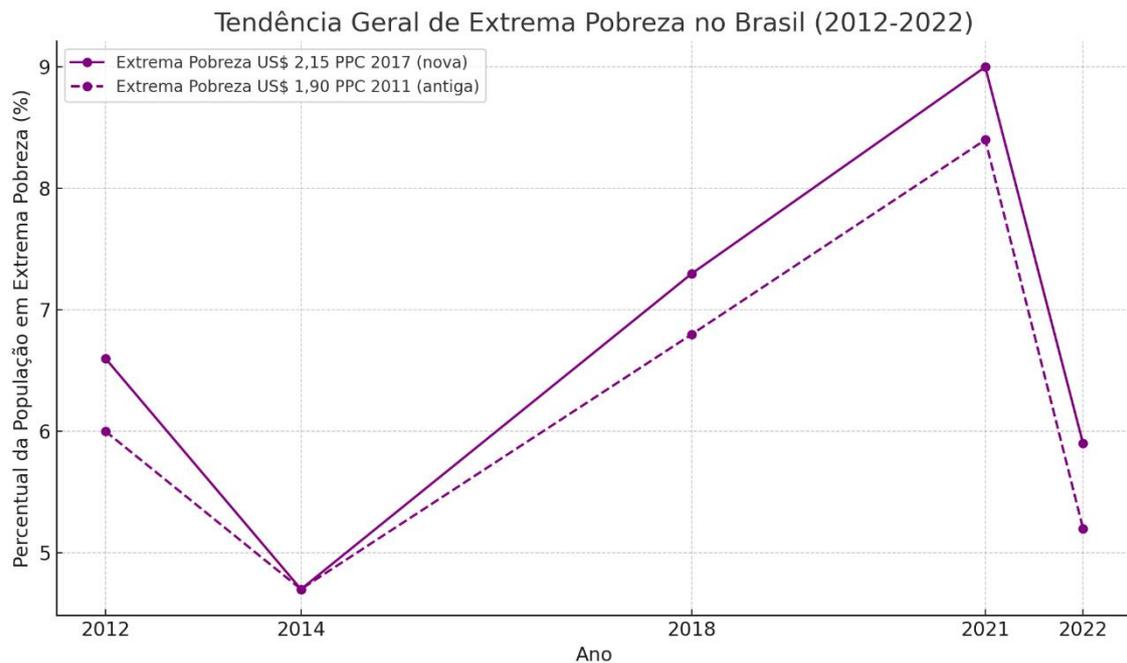
2021: A taxa de extrema pobreza atinge seu pico em 9,0% durante a pandemia de COVID-19. A pandemia exacerbou a vulnerabilidade econômica, com milhões de brasileiros enfrentando dificuldades financeiras severas.

2022: No último ano do gráfico, a taxa cai para 5,9%, sugerindo uma recuperação parcial após a crise da pandemia, possivelmente impulsionada pela retomada econômica e pelos esforços do governo em expandir a rede de proteção social.

¹ Economista do NISP: sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do NISP: carolina.beltrão@fundaj.gov.br

Gráfico 1



Fonte: IBGE (2022)

Faixa de US\$ 1,90 PPC 2011 (antiga)

2012: A taxa começa em 6,0%, ligeiramente menor do que a linha nova de US\$ 2,15, mas segue uma tendência muito similar.

2014: A taxa cai para 4,7%, mostrando um impacto positivo similar ao observado com a linha de US\$ 2,15.

2018: A taxa sobe para 6,8%, o que é consistente com os desafios econômicos enfrentados durante esse período.

2021: O pico durante a pandemia é um pouco menor que na linha nova, chegando a 8,4%, mas ainda representa um aumento substancial em relação aos anos anteriores.

2022: A taxa cai para 5,2%, uma queda notável que acompanha a tendência de recuperação observada na linha de US\$ 2,15.

A interpretação aponta uma trajetória complexa da extrema pobreza no Brasil ao longo da última década. De 2012 a 2014, observa-se uma redução significativa na pobreza extrema, refletindo um período de crescimento econômico e expansão das políticas de assistência social. Contudo, a partir de 2015, a crise econômica levou a um aumento constante das taxas de extrema pobreza, culminando em um pico durante a pandemia de COVID-19 em 2021. A recuperação observada

em 2022 sugere uma melhora nas condições econômicas e uma resposta das políticas públicas, notadamente do Programa Auxílio Emergencial³, para mitigar os efeitos da crise.

O gráfico também destaca a importância de considerar diferentes linhas de pobreza ao analisar a extrema pobreza, pois mesmo pequenas variações nas definições podem influenciar a interpretação dos dados. Ambas as linhas, no entanto, apontam para uma tendência similar, confirmando a gravidade do impacto econômico recente e a necessidade contínua de políticas eficazes para combater a pobreza extrema no Brasil.

Para complementar a análise da eficácia do Programa Bolsa Família (PBF) e entender como ele pode contribuir para reduzir a pobreza, o NISP desenvolveu o indicador denominado Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE). Este indicador é uma ferramenta analítica fundamental para o monitoramento, pois relaciona o valor médio recebido pelas famílias beneficiadas pelo PBF ao custo médio de uma cesta básica, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Um PCE igual a 1 indica um equilíbrio entre o valor do benefício e o custo da cesta básica, refletindo a capacidade do benefício de atender às necessidades básicas das famílias em um cenário de variações inflacionárias.

2. Evolução do Dispêndio Anual

O gráfico 2 ilustra claramente como as crises econômicas, as mudanças nas políticas públicas, e os contextos eleitorais influenciam diretamente o dispêndio com o Programa Bolsa Família. Os aumentos significativos após a pandemia de COVID-19 e durante o período eleitoral de 2022 evidenciam a sensibilidade do programa a fatores externos e decisões políticas, com impactos profundos na alocação de recursos e na cobertura do benefício.

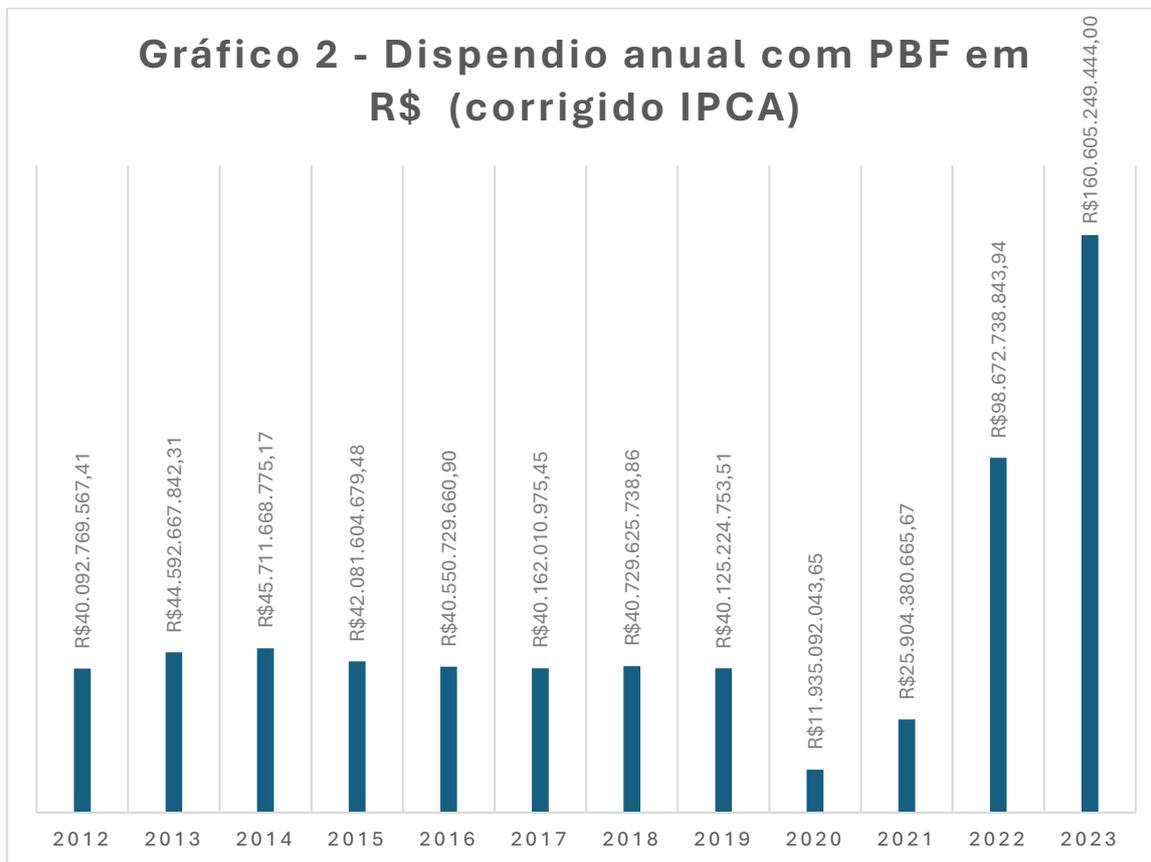
A análise do gráfico revela vários pontos de inflexão significativos que refletem mudanças nas políticas públicas, crises econômicas e momentos de ajuste ou expansão do programa. Abaixo está uma análise detalhada desses pontos:

Crescimento Gradual (2004-2014): De 2004 a 2014, observa-se um crescimento constante no dispêndio anual com o Bolsa Família. Este período reflete a expansão contínua do programa, que se consolidou como uma das principais políticas de transferência de renda do governo federal. A ampliação da cobertura, que atingiu um número crescente de famílias em situação de vulnerabilidade, explica este aumento.

Estabilização (2015-2018): A partir de 2015, o gráfico mostra uma estabilização no valor gasto anualmente, com pequenas variações. Este período pode estar relacionado a uma combinação de fatores, como a maturidade do programa, onde a maioria das famílias elegíveis já estava sendo atendida, e a crise econômica que afetou o Brasil a partir de 2014, levando a restrições orçamentárias e ajustes nos gastos públicos.

³ O Programa Auxílio Emergencial foi uma medida temporária que ajudou a mitigar os efeitos econômicos da pandemia de COVID-19. Introduzido inicialmente como um benefício temporário para apoiar trabalhadores informais, microempreendedores individuais e outros vulneráveis, o programa proporcionou pagamentos de R\$ 600 mensais, que posteriormente foram ajustados para R\$ 300. O programa enfrentou desafios de distribuição desigual e problemas na eficiência de seus pagamentos. O auxílio influenciou a redução temporária da pobreza. Para mais detalhes: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/NT11_AuxilioEmergencialeProgramasdeRenda_2023.pdf

Queda Significativa (2019-2020): Em 2019 e 2020, há uma queda notável no dispêndio com o programa. Essa redução pode ser associada a mudanças nas políticas sociais e aos ajustes fiscais implementados pelo governo na época, que resultaram na restrição do número de beneficiários ou na redução dos valores dos benefícios. Além disso, o início da pandemia de COVID-19 em 2020 levou a uma reestruturação emergencial dos programas de assistência social, como a criação do Auxílio Emergencial, que pode ter influenciado essa queda.



⁴Fonte: MDS (2024)

Aumento Pós-covid (2021-2022): A partir de 2021, há um aumento acentuado no dispêndio, que se torna ainda mais significativo em 2022. Esse aumento pode ser atribuído à resposta do governo à crise econômica e social provocada pela pandemia de COVID-19, que ampliou a necessidade de assistência social. Em 2022, ano eleitoral, o aumento do benefício do Bolsa Família (ou Auxílio Brasil, como foi renomeado temporariamente) refletiu uma guinada na política social, com a elevação do valor dos benefícios como parte das estratégias de mitigação dos impactos da pandemia e possivelmente influenciado pelo contexto eleitoral.

Pico em 2023: O gráfico mostra um pico no valor gasto em 2023, o mais alto de toda a série histórica. Este aumento pode ser resultado da implementação das promessas feitas durante a campanha presidencial de 2022, onde o governo eleito assumiu o compromisso de aumentar substancialmente o valor do benefício para melhorar a qualidade de vida das famílias mais vulneráveis. Além disso, a reestruturação do programa, com a retomada do nome Bolsa Família, pode ter incluído ajustes que aumentaram a cobertura e os valores distribuídos.

⁴ Em 2020 e 2021 não são considerados neste cálculo os valores dispendidos com o Programa Auxílio Emergencial

3. Relação entre Pobreza e Dispêndio

O aumento do dispêndio com o Programa Bolsa Família tem um efeito direto na redução da extrema pobreza, como evidenciado pela queda acentuada na taxa de pobreza extrema em 2022 após o aumento dos gastos em 2021 e 2022. No entanto, o sucesso dessas políticas está ligado a aumentos significativos nos gastos, indicando a necessidade de políticas econômicas mais abrangentes e sustentáveis para manter a redução da pobreza a longo prazo.

Os gráficos 1 e 2 acima apresentam uma relação significativa entre o aumento do dispêndio anual com o Programa Bolsa Família (PBF) e a tendência de extrema pobreza no Brasil ao longo do tempo.

Gráfico 1: Tendência Geral de Extrema Pobreza no Brasil (2012-2022)

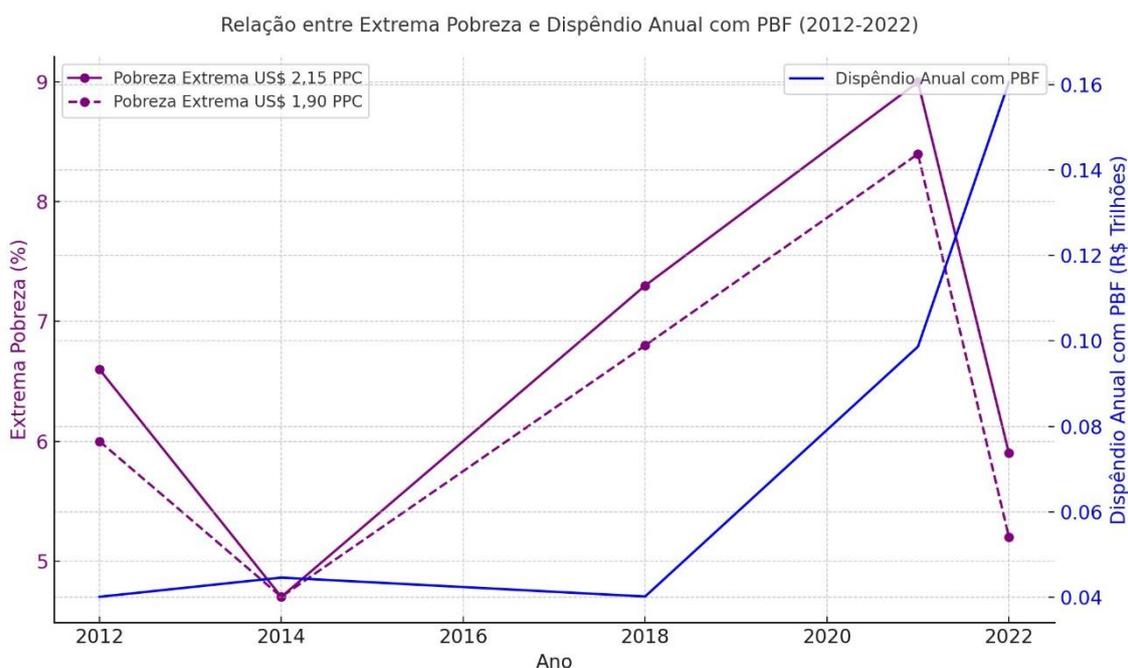
Este gráfico mostra a porcentagem da população em extrema pobreza no Brasil, utilizando duas métricas de pobreza extrema (US\$ 1,90 PPC e US\$ 2,15 PPC). Nota-se um aumento constante da pobreza extrema até 2021, seguido por uma queda acentuada em 2022.

Gráfico 2: Dispêndio Anual com o PBF (2004-2023)

Este gráfico apresenta o dispêndio anual com o Programa Bolsa Família, corrigido pelo IPCA, mostrando um aumento significativo nos gastos especialmente a partir de 2021, com um pico em 2023.

O gráfico 3 (abaixo) mostra a relação entre a extrema pobreza no Brasil, conforme duas métricas do Banco Mundial (US\$ 2,15 PPC e US\$ 1,90 PPC), e o dispêndio anual com o Programa Bolsa Família (PBF) entre 2012 e 2022. É possível observar uma correlação direta entre o aumento do dispêndio com o PBF e a redução da extrema pobreza, especialmente entre 2021 e 2022.

Gráfico 3



O aumento significativo do dispêndio com o PBF em 2021 e 2022 coincide com uma queda acentuada na extrema pobreza em 2022, sugerindo que os aumentos nos benefícios do programa tiveram um impacto direto na redução da pobreza extrema, especialmente após os desafios econômicos impostos pela pandemia de COVID-19. No entanto, a análise também sugere que uma redução sustentável da pobreza depende de políticas públicas consistentes e expansões significativas dos programas de transferência de renda. Esse aumento no gasto pode ter sido resultado de políticas governamentais voltadas para mitigar os efeitos da pandemia, ampliando os benefícios do Bolsa Família (ou Auxílio Brasil) e, assim, conseguindo tirar uma parcela significativa da população da extrema pobreza.

Impacto das Políticas Públicas e Contexto Eleitoral: O ano de 2022, sendo um ano eleitoral, foi marcado por um aumento substancial nos benefícios sociais, o que também contribuiu para a redução da pobreza extrema. Esse efeito de curto prazo indica que políticas públicas de transferência de renda, quando ampliadas, podem ter um impacto imediato na redução da pobreza extrema, como visto em 2022.

No entanto, é importante observar que essa redução dependeu de um aumento expressivo no dispêndio, o que levanta questões sobre a sustentabilidade a longo prazo dessa abordagem sem uma recuperação econômica mais ampla.

Tendência de Longo Prazo: Antes de 2021, apesar do crescimento geral dos dispêndios, a tendência de pobreza extrema estava aumentando. Isso sugere que o impacto do PBF, enquanto positivo, pode não ser suficiente por si só para combater as forças econômicas que estavam empurrando mais pessoas para a extrema pobreza. O impacto do PBF parece ser mais efetivo quando combinado com aumentos significativos de investimentos, como observado em 2021 e 2022.

A análise dos dados sugere uma correlação direta entre o aumento dos dispêndios com o Programa Bolsa Família (PBF) e a redução da pobreza extrema no Brasil. Quando os gastos com o programa diminuem, como observado em períodos de crise econômica ou reestruturação de políticas sociais (como em 2019 e 2020), a pobreza extrema tende a aumentar. Isso reflete a dependência direta de grande parte da população vulnerável dos benefícios oferecidos pelo PBF para manter um padrão mínimo de subsistência. Se o programa fosse descontinuado, sem a implementação de políticas complementares, a pobreza extrema poderia aumentar drasticamente, criando um cenário de maior vulnerabilidade e exclusão social.

4. (Des)incentivo ao trabalho

Há um debate sendo travado sobre os efeitos do PBF sobre o mercado de trabalho. Desde 2021 com o Auxílio Emergencial, mas principalmente em 2023, quando o governo atual elevou o valor médio do benefício. O aumento do poder de compra pode ter influenciado o comportamento de beneficiários do Bolsa Família em relação à procura de trabalho. Durante o pico com o Auxílio Emergencial em 2020 o valor médio do benefício equivalia a compra de duas cestas básicas, equivalente em agosto de 2024 a R\$ 1300,00, o que significava que o benefício fornecido pelo programa era mais do que suficiente para cobrir. Nesse período, o programa tornou-se

altamente atrativo, pois os valores recebidos pelos beneficiários temporariamente supriam suas necessidades alimentares básicas de forma confortável.

Esse aumento no poder de compra do benefício, que foi regulamento pelo governo atual e hoje seu valor médio por família equivale a R\$ 670,00, pode ter desincentivado a procura por empregos, especialmente aqueles de baixa remuneração, uma vez, de acordo com estudos divulgados na mídia, que os beneficiários poderiam preferir depender dos auxílios sociais ao invés de ocupar posições que não ofereciam um salário compatível com suas necessidades básicas. Esse comportamento reflete uma lógica racional, onde o trabalho com baixos salários, pode ser visto como menos vantajoso do que receber um benefício que, em determinado momento, oferecia uma maior segurança alimentar e conforto financeiro.

Dois estudos apresentam visões diferentes que ajudam a compreender o dilema. Camargo et al. (2024) analisam o impacto das políticas de transferência de renda sobre a taxa de participação e o desemprego no Brasil, com foco nos efeitos das políticas implementadas após o início da pandemia de COVID-19, como o Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e o Bolsa Família. O estudo utiliza um modelo de regressão linear dinâmico para avaliar as dinâmicas dessas políticas sobre a oferta de trabalho, observando que o aumento do benefício médio pago em relação ao salário mínimo elevou o salário de reserva⁵, reduzindo a oferta de trabalho e, conseqüentemente, a taxa de participação no mercado de trabalho.

análise sugere que essas transferências diminuem os incentivos para que pessoas mais vulneráveis busquem emprego, especialmente entre aqueles com menor nível de escolaridade. Os autores argumentam que esse efeito baixista na taxa de participação também ajudou a sustentar a taxa de desemprego mais baixa, uma vez que parte da população desocupada deixou de procurar emprego.

Em contraposição, Banerjee et al (2017) argumenta, com base na análise de sete experimentos randomizados em seis países em desenvolvimento, que não há evidências sistemáticas de que as transferências de renda desencorajem a oferta de trabalho, seja para homens ou mulheres. Os resultados mostram que, em geral, os programas de transferência, tanto condicionais quanto incondicionais, não provocam uma redução significativa na participação no mercado de trabalho ou nas horas trabalhadas. Mesmo em países onde os benefícios são mais generosos, não se observou uma fuga em massa do mercado de trabalho, como temem alguns formuladores de políticas.

Além disso, os dados indicam que o efeito sobre o trabalho doméstico é pequeno, mas, quando presente, sugere uma leve diminuição no trabalho dentro de casa, sem afetar substancialmente o trabalho fora do domicílio. O estudo conclui que as transferências de renda, ao contrário de crenças populares, não incentivam o "ócio" e são eficazes em reduzir a pobreza sem prejudicar a força de trabalho.

⁵ O conceito de salário de reserva é amplamente discutido na literatura econômica. Segundo Varian (2010), o salário de reserva representa o valor mínimo que uma pessoa aceitaria para trabalhar, considerando os benefícios do trabalho em comparação com a desutilidade do esforço e a perda de tempo livre. Além disso, Acemoglu e Autor (2011) explicam que transferências de renda e benefícios sociais podem aumentar o salário de reserva, reduzindo a disposição dos indivíduos em aceitar empregos de baixa remuneração.

Os autores também destacam a importância de combinar transferências de renda com outros programas, como treinamento e apoio à geração de renda, para potencializar os resultados. Dessa forma, políticas públicas mais amplas, que vão além da transferência de recursos, são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico e a mobilidade social das populações mais vulneráveis. Sem a criação de alternativas sustentáveis, só agravaria o problema da pobreza no Brasil. Isso porque a pobreza extrema não pode ser combatida de maneira eficaz apenas com transferências de renda.

O debate sobre o impacto dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, na oferta de trabalho é controverso. Duas questões merecem reflexão:

- i. Por que um beneficiário iria aceitar um trabalho com condições aviltadas e submetido a regime de comando e controle se com o bolsa família este pode receber o benefício e ter algum tipo de atividade extra que lhe proporcione renda e mais liberdade de escolha?
- ii. Qual a garantia que o beneficiário, ao optar por um emprego de baixo salário e qualificação, terá de que seu emprego seja duradouro?

A primeira questão se refere à lógica de custo-benefício que influencia as decisões de trabalho. Para muitos beneficiários do Bolsa Família, os empregos disponíveis no mercado, muitas vezes de baixa remuneração e condições de trabalho desfavoráveis, não representam um incentivo suficiente para abandonar o programa. Esses empregos, além de pagarem pouco, podem exigir jornadas longas, ambientes opressivos, e limitar a autonomia dos trabalhadores. Nesse contexto, o Bolsa Família surge como uma alternativa que garante uma renda mínima, sem os mesmos níveis de imposição e controle de tempo que um trabalho formal pode exigir. Ao manterem o benefício, muitos beneficiários optam por atividades informais ou autônomas, que proporcionam maior flexibilidade e controle sobre suas vidas. Essa liberdade de escolha — poder decidir quando e como trabalhar — é um fator importante que pode desincentivar a aceitação de empregos formais de baixa remuneração e com condições precárias. A transferência de renda, portanto, pode atuar como uma proteção contra a exploração no mercado de trabalho, uma vez que oferece uma rede de segurança mínima para as famílias vulneráveis.

A segunda questão trata da incerteza que cerca os empregos de baixa remuneração e qualificação. Muitos desses trabalhos não apenas oferecem salários modestos, mas também são marcados por alta rotatividade, instabilidade e a falta de garantias de continuidade. Sem uma rede de proteção social sólida, o beneficiário que opta por deixar o Bolsa Família para ingressar em um emprego de baixa qualificação corre o risco de perder tanto o benefício quanto a fonte de renda, caso seja demitido. Isso agrava a situação de vulnerabilidade, pois, ao sair do programa, ele pode ter dificuldade em ser reincorporado caso o emprego não se mantenha por muito tempo.

Esses argumentos reforçam a tese de Camargo et al. De que o aumento do poder de compra, especialmente durante períodos como o da pandemia, pode ter desincentivado a busca por empregos de baixa remuneração, dado que os benefícios temporariamente ofereciam maior segurança financeira. Por outro lado, estudos como o de Banerjee et al. mostram que, em um contexto global, as transferências de renda não necessariamente resultam em uma diminuição significativa na oferta de trabalho. O próprio estudo de Camargo et al mostra que os resultados

indicam que as transferências sociais pós-pandemia reduziram a taxa de participação no emprego em cerca de 1,5 pontos percentuais e a taxa de desemprego em 1,7 pontos percentuais. O que é preocupante, mas não é alarmante, considerando que no momento em que esta Nota Técnica está sendo escrita, de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil tem apresentado uma trajetória de queda nos últimos trimestres, acompanhada de um aumento na criação de empregos. No trimestre encerrado em agosto de 2024, a taxa de desemprego caiu para 6,6%, em comparação com 7,1% registrada no trimestre anterior, que se encerrou em maio de 2024. No mesmo período do ano anterior, encerrado em agosto de 2023, a taxa era ainda mais alta, alcançando 7,8%. A população ocupada atingiu o recorde de 101,3 milhões de pessoas, o maior número da série histórica do IBGE. Além disso, o saldo de empregos formais acumulado até agosto de 2024 foi de 1.726.489, com uma média salarial dos postos de trabalho gerados em agosto de 2.156,86 reais.

No entanto, a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 29 anos continua preocupante, tendo alcançado 14,2% no primeiro trimestre de 2024 e esse ponto merece destaque. As faixas etárias⁶ de 18 a 24 anos (11,00%) e de 25 a 34 anos (13,68%) representam um grupo significativo no CadÚnico, muitos dos quais enfrentam desafios na transição para a vida adulta, especialmente na inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a qualificação profissional desempenha um papel fundamental ao oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades para esses jovens, contribuindo para o aumento de suas chances de empregabilidade. Políticas de qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo são essenciais para facilitar essa transição, ajudando-os a se estabelecerem no mercado de trabalho. Dessa forma, é necessário fortalecer as iniciativas voltadas ao desenvolvimento de habilidades profissionais para atender à crescente demanda do mercado, promovendo uma inserção mais sólida e sustentável desses jovens na vida adulta e no mercado laboral.

A realidade brasileira parece refletir ambos os lados desse debate, destacando a necessidade de políticas públicas complementares que vão além da transferência de renda para promover uma verdadeira inclusão social e econômica. Assim, programas de capacitação profissional, educação de qualidade e a criação de empregos dignos são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade das famílias a longo prazo, enquanto o Bolsa Família continua sendo uma ferramenta essencial no combate imediato à pobreza.

5. Reformulação do PBF e Desafios para o Governo Atual

Para enfrentar essa questão de forma definitiva, é necessário implementar políticas públicas integradas que atuem em várias frentes. A educação de qualidade, programas de qualificação profissional e a criação de empregos dignos são fundamentais para que as famílias consigam sair da condição de vulnerabilidade.

Essas políticas complementares, no entanto, têm prazos de implementação de médio e longo prazo. A formação de uma força de trabalho qualificada, por exemplo, exige investimentos contínuos em educação e capacitação, além de políticas econômicas que incentivem a criação de postos de trabalho. Até que essas iniciativas mostrem resultados concretos, os programas de

⁶ Para mais detalhes: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/copy_of_NotaTcnica38DistribuioEtriaeDesafiosdasPolticasSociaisnoBrasilCadnico20122024.pdf

transferência de renda como o Bolsa Família continuam a ser ferramentas indispensáveis para mitigar os efeitos imediatos da pobreza.

O governo atual enfrenta o desafio de reformular o Bolsa Família para garantir sua eficácia e sustentabilidade. Isso envolve não apenas o aumento do valor dos benefícios, mas também a incorporação de mecanismos que incentivem a autonomia das famílias beneficiadas. Além de continuar atendendo as necessidades básicas, o PBF precisa ser complementado por políticas que promovam a inclusão produtiva, como programas de qualificação profissional, acesso a crédito e incentivo ao empreendedorismo.

Nesse sentido, uma possível reformulação do PBF poderia incluir condicionalidades mais alinhadas com os objetivos de desenvolvimento de longo prazo, como a exigência de participação em cursos de qualificação e a inclusão de mecanismos que facilitem a transição para o mercado de trabalho formal, no qual os salários pagos possam ser atrativos e alinhados com o perfil de capacitação e do mercado.

Ao mesmo tempo, é crucial que o programa continue a garantir a segurança alimentar e o acesso básico a recursos para as famílias mais pobres, evitando que a vulnerabilidade econômica se agrave enquanto outras políticas mais estruturais são implementadas.

Conclusão

Procedemos a análise do impacto do aumento dos gastos com o programa na redução da pobreza extrema no Brasil entre 2012 e 2022, com destaque para o período da pandemia de COVID-19 e os anos eleitorais de 2021 e 2022. O estudo conclui que, embora o Bolsa Família tenha sido fundamental para combater a pobreza extrema ao longo da década, o aumento significativo dos benefícios em 2021 e 2022 foi essencial para a redução acentuada da pobreza nesse período, especialmente após o pico de vulnerabilidade causado pela pandemia.

Durante o período de 2012 a 2014, houve uma redução significativa da pobreza extrema no Brasil, com o suporte do crescimento econômico e das políticas sociais, levando a uma taxa de extrema pobreza de 47% (linha de US\$ 215 PPC). No entanto, a partir de 2015, com a crise econômica, a taxa de extrema pobreza voltou a subir, atingindo seu pico de 90% em 2021, durante a pandemia. Esse cenário reforçou a necessidade de uma rede de proteção social mais robusta, que foi implementada com a expansão dos benefícios do Bolsa Família e do Auxílio Brasil.

Destacou-se que há uma correlação direta entre o aumento do dispêndio com o Bolsa Família e a redução da extrema pobreza. Em 2022, a taxa de pobreza extrema caiu com o governo aumentando os benefícios do programa, que atingiu seu maior nível de dispêndio anual em 2023. Essa relação sugere que os programas de transferência de renda são eficazes em mitigar os efeitos da pobreza extrema em momentos de crise, mas dependem de aumentos substanciais nos gastos para manter sua eficácia.

Analisou-se dois trabalhos investigam o impacto de programas de transferência de renda sobre o mercado de trabalho, mas chegam a conclusões divergentes. Enquanto Banerjee et al. (2017) argumentam que os programas de transferência de renda em países em desenvolvimento não afetam negativamente a oferta de trabalho, Camargo et al. (2024) encontram evidências de que as transferências sociais no Brasil reduziram a participação no mercado de trabalho e, ao mesmo

tempo, diminuíram a taxa de desemprego. Essa diferença pode se dever ao contexto específico brasileiro pós-pandemia, onde a magnitude das transferências e as condições econômicas podem ter alterado os incentivos de maneira mais pronunciada do que em outros países estudados por Banerjee et al.

Diante disso, o estudo também levanta preocupações sobre a sustentabilidade a longo prazo dessa abordagem. A redução da pobreza extrema entre 2021 e 2022 foi fortemente dependente de aumentos expressivos no dispêndio público, o que coloca em questão a viabilidade de continuar expandindo o programa sem políticas econômicas e sociais mais abrangentes. Além da manutenção dos programas de transferência de renda, é fundamental implementar políticas complementares de desenvolvimento econômico, como a geração de empregos e a qualificação profissional, para assegurar uma redução sustentável da pobreza extrema no Brasil.

Referências

ACEMOGLU, Daron; AUTOR, David. Lectures in Labor Economics. Cambridge: MIT Press, 2011.

BANERJEE, Abhijit; HANNA, Rema; KREINDLER, Gabriel; OLKEN, Benjamin A. Debunking the Stereotype of the Lazy Welfare Recipient: Evidence from Cash Transfer Programs Worldwide. MIT, Harvard, 2017.

CAMARGO, José Márcio; LIN, Yihao; FARINA, Lucas; PESTANA, Gabriel; ALFRADIQUE, Pedro. Impacto das transferências na taxa de participação e no desemprego. Genial Investimentos, 2024.

VARIAN, Hal R. Intermediate Microeconomics: A Modern Approach. 8th ed. New York: W.W. Norton & Company, 2010.